nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 6 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Manuela Lemos*. — O Oficial de Justiça, *Justino Araújo*.

2611030491

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 4679/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 635/07.0TBPFR

Insolvente — SOTRAQUIL — Produtos de Fixação, L.ª
Credor — Maria Armanda Dias Carneiro e outro(s).

Faz-se saber que no 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira foi proferido despacho que põe termo à administração da massa insolvente supra-identificada, pelos administradores/gerentes da devedora SOTRAQUIL — Produtos de Fixação, L.ª, número de identificação fiscal 501311521, com sede no lugar de Fontelas, Figueiró, 4590-000 Paços de Ferreira.

Os autos prosseguem a sua tramitação nos termos gerais, ficando os poderes de disposição e administração dos bens da massa insolvente assegurados pelo administrador já nomeado, adiante identificado, Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, com endereço na Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto.

25 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Eduardo Couto Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Lindoro Pinto*.

2611030700

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Anúncio n.º 4680/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 2415/05.9TBPNF Convocatória de assembleia de credores

Insolvente — ABILEX — Industria Têxtil, S. A., e outro(s).

Presidente da comissão de credores — Caixa de Crédito Agrícola Mútu do Vale do Sousa e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são interessados a ABILEX — Industria Têxtil, S. A., número de identificação fiscal 501135391 e com endereço em Ermida, Irivo, 4560-171 Penafiel, e o administrador da insolvência Manuel Reinaldo Mancio da Costa, Rua do Amial, 918-B, 3.º, 4200-056 Porto, ficam notificados com todos os outros interessados de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 4 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

Ficam ainda notificados de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia todos os documentos referentes ao plano de insolvência se encontram à disposição dos interessados para consulta, na secretaria deste Juízo.

14 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Cristina Lavandeira*. — O Oficial de Justiça, *Alberto Pinto*.

2611030724

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 4681/2007

O juiz de direito Mário Fernando Lopes da Silva, da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 17272/96.6TDPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido José Martins Pereira Coelho, filho de João Luís Carmo Pereira e de Maria Emília Martins, natural de Paranhos, Porto, nascido em 20 de Agosto de 1954, casado, portador do bilhete de identidade n.º 7172705, com domicílio na Rua do Padre Augusto Maia, 13, 10.º, direito, B. S. Cosme, 4420 Gondomar, por se encontrar acusado da prática do crime de receptação, previsto e punível pelas disposições conjugadas dos artigos 14.º, 26.º e 329.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, na sua redacção original, e da previsão actual do artigo 231.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, por despacho de 1 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por óbito.

26 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Lopes da Silva*. — A Escrivã Auxiliar, *Sandra Costa*.

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Anúncio n.º 4682/2007

Anuncia-se que são os credores e a falida PRODICARNE — Produção e Comercialização de Carnes, L.ª, com sede no Talho n.º 10, Mercado Municipal de Santarém, com escritório na Rua de Mariano Carvalho, 33, Vila Chã de Ourique, 2070 Cartaxo, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

24 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Xavier Machado Dá Mesquita*. — O Oficial de Justiça, *Graça Dias Fragoso*. — A Escrivã-Adjunta, *Graça Dias Fragoso*.

2611030870